

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: A PERSPECTIVA ERGOLÓGICA

*Mariana Verissimo
Bruno Vasconcelos Morais
Gleice Aparecida Santos Silva*

Introdução

Este texto tece considerações sobre as implicações do trabalho, categoria central para a ergologia, na construção da identidade das pessoas. Toma-se como eixo principal as considerações sobre a distância que existe entre o trabalho prescrito e o trabalho real, e as possibilidades que o trabalhador tem para gerir essa distância ao afirmar sua identidade. A noção de identidade não é abordada pela ergologia, separadamente, visto que a noção de “corpo-si” abarca também esta noção, bem como a possibilidade do trabalhador reafirmar a sua identidade no momento em que é convocado a preencher o vazio de normas no trabalho.

O texto está organizado em duas partes, na primeira parte apresenta-se o conceito de trabalho e de identidade em autores como Schwartz (2007), Albornoz (2000), Silva (2007), Hall (2004) e Woodward (2007) e na segunda parte discute-se como a noção de identidade pode ser compreendida a partir das noções de trabalho prescrito e trabalho real, “corpo-si” e dramáticas de usos de si.

Primeiramente é importante ressaltar que as teorias sobre identidade não são tratadas pela ergologia, isso não significa dizer que ela seja negligenciada por essa abordagem. Ocorre que a noção de “corpo-si” abarca, em certa medida, a noção de identidade. Conforme afirma Schwartz (2014 p. 264), o corpo-si “*transgride todas as fronteiras entre o biológico e o histórico. Ele traz em si uma tríplice*

ancoragem: biológica, histórica e singular”. Entende-se, dessa forma, que a identidade está inserida na noção de “corpo-si”, sem necessidade de ser tratada em separado. Sendo assim, a identidade é uma noção importante para compreender como se dá a gestão da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Nessa gestão o trabalhador tem a possibilidade de imprimir as suas características pessoais na execução das tarefas.

1. O Trabalho como elemento da construção da identidade

A palavra trabalho antecede a palavra identidade no título desse texto propositadamente, visto que a ideia que se pretende explicitar é a de que o trabalho ocupa lugar central na construção da identidade. O exercício que será realizado aqui é de estabelecer uma relação entre o princípio ontológico do trabalho e a construção da identidade. Portanto, busca-se evidenciar o conceito de trabalho para além do sentido estritamente mercantil como ele é compreendido pela sociedade capitalista.

Não será considerado o termo trabalho em seu sentido amplo, visto que ele não é compreendido pelos autores apenas como participação na produção de bens e serviços visando um salário. Portanto, não se compreende o trabalho em seu estrito senso e não o restringe a trabalho remunerado e não remunerado.

Uma pesquisa realizada por Hélène, Méda e Sénik (2006) intitulada “História de vida” evidencia o lugar que o trabalho, no sentido estrito senso, ocupa como um dos elementos constitutivos da identidade das pessoas, bem como, a importância relativa que elas atribuem ao trabalho.

“Do ponto de vista do lugar do trabalho na identidade, uma fronteira muito nítida separa dois grupos, os gestores e os autônomos, para os quais o trabalho é o principal componente na construção da identidade, e os trabalhadores e operários, para os quais o trabalho é menos importante” (Hélène, Méda e Sénik, 2006, p. 28)¹

¹ Du point de vue de la place du travail dans l’identité, une frontière très nette sépare deux groupes, les cadres et les indépendants, pour lesquels le travail est un fort composant de l’identité, et les employés et ouvriers, pour lesquels il l’est moins.

Pode-se observar que os trabalhadores organizam as suas rotinas em função dos seus horários de trabalho. Isto se dá, muito provavelmente porque é no espaço e tempo de vida que se passa no trabalho que homens e mulheres estabelecem grande parte das suas relações sociais. É nesse espaço e tempo compartilhado que se dão os encontros de encontros entre pessoas em trabalho, em relações hierarquizadas ou não, que se mobilizam os afetos e se constroem as afinidades baseadas nos valores sem dimensão. Mas também se constroem as divergências e os desencontros que podem levar as pessoas a descombinarem. Portanto, parece que as relações sociais entre homens e mulheres tem como móbile o trabalho.

É de conhecimento amplo que a hominização dos antecessores animais do homem se deu fundamentalmente em função do surgimento do trabalho e que o trabalho foi a base para a organização da sociedade. Engels (1976) considera que o trabalho não se restringe aos aspectos econômico e mercantis visto que ele é infinitamente mais do que uma fonte de riqueza, como consideram os economistas. Ele é “a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem.” (Engels: 1976: 215). E Leontiev (1983) acrescenta, ainda, que o trabalho criou também a consciência do homem.

Portanto, o trabalho criou o homem como ser social e conforme a célebre fórmula de Marx (1968) nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, toda a pretensa história do mundo não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano. E Marx reconheceu que Hegel descobriu o trabalho como ato pelo qual o homem se produz por si mesmo.

Para a ergologia o trabalho é uma atividade humana que exige um esforço sustentado, que visa modificar elementos naturais, criar e/ou produzir coisas novas e ideias novas. Considerado categoria central para se compreender as sociedades, o dicionário *Le Trésor de la Langue Française Informatisé* define o trabalho como “*Obra realizada pela atividade humana visando a mudanças dos elementos naturais ou produção de novos bens*” e ainda o classifica como criativo, intelectual, manual, qualificado, científico, especializado, técnico; trabalho das mãos, pensamento, reflexão, trabalho individual,

em comum, em equipe, em grupo; trabalho em máquina, à mão; trabalho agrícola, industrial. Dentre muitas definições destaca-se ainda que esse dicionário afirma que o trabalho melhora nossas faculdades mentais ou intelectuais e ainda contribui para o desenvolvimento das faculdades próprias dos humanos.

Sendo o trabalho a ação do homem sobre a natureza, os homens atuam sobre a natureza para produzir os meios necessários a sua subsistência e os meios de produção, garantindo sua sobrevivência e, portanto, a reprodução social.

A centralidade da categoria trabalho é um tema cada vez mais presente nos debates acerca do resgate do sentido ontológico e antropológico do trabalho. Segundo Trinquet:

...a evolução do trabalho, desde muito tempo, explica, por um lado, a evolução do Homem e que a evolução do Homem explica, por outro lado, a evolução de sua atividade laboriosa. Que há uma íntima dialética entre essas duas evoluções. E que essa dialética consiste em um dos principais motores da evolução humana. Trata-se, portanto, de um conceito ontológico e antropológico (Trinquet, 2010, p. 97).

Nessa relação dialética o trabalho assume um papel central na vida de homens e mulheres ao longo da história. Entretanto, conforme revela a pesquisa realizada por Hélène, Méda e Sénik (2006), uma primeira abordagem da identidade das pessoas por meio de uma pergunta sobre o que os caracteriza melhor, evidencia que o trabalho compete e às vezes perde como elemento que compõem a identidade, para outros elementos. E quando se solicita apenas as pessoas ativas para classificar o trabalho em uma escala de importância em relação a outros engajamentos, a maioria das pessoas questionadas continua a acordar uma importância menor ao trabalho do que a outros aspectos da vida, para a construção da identidade.

A palavra trabalho tem sua origem do latim, *tripallium*, que era um instrumento utilizado na agricultura e posteriormente adaptado para ser um meio de tortura (Albornoz, 2000, p. 13). Isso explica porque o trabalho é associado à ideia de promover o sofrimento, causar dor, exigir esforço. O senso comum define o trabalho como qualquer esforço físico ou mental que resulte na produção ou na transformação de algo e que gere algum ganho.

A abordagem ergológica evidencia o sentido ontológico e antropológico do trabalho, ou seja, considera que por meio do trabalho os homens e mulheres se constituem como humanos e se educam para a vida em comum. Ao considerar o trabalho como atividade humana, a ergologia evidencia a sua complexidade. Embora, muitas pessoas, o considere como algo simples, uma realização técnica e automatizada, quando são solicitadas a falarem sobre o trabalho que realizam, elas repetem o que prevê as normas. Elas não descrevem o que efetivamente realizam, seja por medo de revelar que não seguem as prescrições ou por não se aperceberem que não seguem as normas justamente para conseguirem realizar a tarefa. Portanto, o trabalho e o Homem estão íntima e enigmáticamente interligados (Trinquet, 2010).

Segundo Schwartz (2007), o trabalho realizado nunca será pura execução de normas previamente estabelecidas. Isto porque existirá sempre, para aquele que trabalha, a necessidade de elaborar alternativas para preencher os furos nas normas. Diante dessa constatação propõe-se que o trabalhador reafirma a sua identidade no momento em que é necessário gerir a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

Para a execução das tarefas, o trabalhador deve seguir um protocolo, um modelo, um conjunto de regras que preconizem a maneira como a tarefa deve ser executada. Schwartz (2007), define essa prescrição do trabalho como normas antecedentes, pois precedem e são exteriores ao que se faz no aqui e agora daquele que trabalha. As normas são necessárias e importantes para a organização e realização do trabalho. Elas estão por toda parte, mas se concentram sobretudo nos manuais, notas técnicas, nas regras de gestão, nos avisos, nos folhetos informativos e em todos os suportes e recursos onde se explicitam as prescrições, instruções e procedimentos bem como as maneiras de agir a atuar, que favorecem, em certo grau, a realização da tarefa. Entretanto, como afirma Canguilhem, o meio é infiel e isto faz com que as normas nunca sejam suficientes para a realização da tarefa, pois ao serem prescritas elas não podem antecipar as variabilidades do meio nem as escolhas que o trabalhador precisa fazer na situação real do trabalho.

Desse modo, a realização do trabalho extrapola o limite previsto pelas normas antecedentes. Seguir a prescrição não é garantia

de que o trabalho será executado, pois podem surgir situações que não foram previstas pela norma, e que sofrem variações de acordo com cada local e contexto de trabalho. Conforme Schwartz (2007), para tornar possível o trabalho se faz necessário a reconfiguração das normas a fim de preencher os furos e imperfeições, visto que sempre falta elementos ou qualidade para formar um todo perfeitamente constituído, para ser exatamente conforme idealizado por aquele que tentou antecipar o que poderia acontecer para que a tarefa seja realizada a contento. Nesse processo de renormatização, o trabalhador é convocado a fazer escolhas, embasado em um conjunto de valores, dimensionados ou não. Portanto existe sempre um inacabamento, uma incompletude, uma irregularidade ou rudimentariedade da norma. Assim, a fim de realizar a tarefa, o trabalhador é obrigado a compensar a imperfeição, a mediocridade e a incompletude das normas baseado nos seus valores, que o capacitam para fazer escolhas.

Para Schwartz (2007), é impossível imaginar o trabalho humano como pura execução de normas concebidas e idealizadas distante do real ou em desaderência à realidade. Para a Ergologia o trabalho é sempre uma dialética, um encontro de encontros indissociáveis. Assim, tem-se inicialmente o saber constituído ou saber acadêmico que expressa os conhecimentos multidisciplinares relacionados a tal trabalho e possibilita a prescrição do que será feito bem como suas condições concretas e materiais de realização. Concomitantemente se tem o saber investido no corpo do trabalhador que o capacita para realizar a tarefa e o capacita para responder à necessidade de adaptação às variabilidades do meio, tais como o clima, a organização, os horários, o organograma dentre outros. As possibilidades de combinações entre esses três elementos, sendo eles mesmos variáveis, é infinita. Isso torna o trabalho complexo para ser entendido e analisado por quem está apenas observando a sua realização.

Para uma melhor articulação entre o trabalho e a identidade da pessoa, vamos nos ater ao segundo ponto observado por Schwartz qual seja, a constatação de que para haver um trabalho é necessário convocar os saberes investidos nos corpos dos trabalhadores. Segundo esse autor, toda pessoa em situação de trabalho acumula alguma

experiência que posteriormente formará o que ele denomina saber investido.

Veríssimo apresenta elementos para a construção da noção de saber investido afirmando que se trata de *“um saber que capacita o humano para agir por meio dos seus sentidos e de toda a sensibilidade do corpo, que é construído historicamente para responder às demandas que não estavam previstas, só pode ser um saber importante”* (2015, p. 298).

Nesse sentido, o homem ao realizar um trabalho é convidado a convocar o saber investido em seu corpo ao longo de sua história. Esses saberes são construídos e desconstruídos continuamente pela pessoa na medida que eles vão se reconfigurando, se “ajuntando”, se amalgamando e que a pessoa vai atribuindo novos sentidos pessoais, valores e conferindo uma nova carga de energia a algo para o qual não dava importância. Portanto, trata-se de um saber que é sempre atualizado porque ele é sempre convocado no momento em que o trabalhador tem que apresentar respostas inovadoras às situações imprevistas, que surgem no aqui e agora do trabalho.

Isso torna toda a execução da tarefa algo singular, pois o trabalho sempre ocorre em situação específica, em condições únicas que se desenrolam por meio de uma pessoa que possui seus próprios saberes e valores.

2. A reafirmação da identidade e as dramáticas de usos de si

Para Schwartz *“toda atividade de trabalho é sempre, em algum grau, de um lado, descritível como um protocolo experimental e, de outro, experiência e encontro. Isto nos parece ser o início de todo olhar ergológico sobre ela”* (Schwartz, 2000b, p. 485). A noção de atividade para a ergologia remete às dramáticas de usos de si e, portanto, ao debate de normas e valores vivenciado toda vez que a pessoa precisa fazer escolhas, ainda que escolha não escolher, e permitir que outros escolham por ela. Neste sentido, propõe-se que a pessoa constrói sua identidade, que nunca estará acabada, baseada em sua atividade. Portanto, assim como os saberes investidos e os valores

que mudam continuamente ao longo da vida, a identidade também pode mudar.

Para Damasio (2000 p. 43) a identidade corresponde a um conjunto não transitório de fatos e modos de ser únicos que caracterizam uma pessoa. No momento em que o trabalhador é convocado a preencher o vazio de normas para que a tarefa seja executada, ele imprime aí sua identidade. Desse modo, sempre que existir a necessidade de renormatização, o trabalhador convoca seus saberes e valores, reafirmando, assim a sua identidade.

Segundo Trinquet (2010), em toda atividade de trabalho, coloca-se em prática um saber pessoal, para preencher e gerir a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Esse saber é o resultado da história individual de cada um, sempre singular, adquirida das próprias experiências (pessoal e profissional). Nesse sentido o saber investido no corpo da pessoa constitui também a sua identidade.

De acordo com Silva (2007) a identidade não pode ser definida unilateralmente simplesmente como aquilo que é concebida como positividade e um fato autônomo. A autora enfatiza que a diferença assume um importante papel no reconhecimento de si mesmo, a partir daquilo que não se é.

A identidade assim como a diferença é uma relação social, sujeita a vetores de força e relações de poder. Assim quando o trabalhador transgride a norma prescrita para a realização da tarefa, efetivando o que a Ergologia denomina de renormatização, logo ele entra em um campo de disputa de poder com aqueles que pensaram o trabalho antes da sua execução. Silva (2007) completa dizendo que o poder de definir a identidade e marcar a diferença está ligado ao desejo de diversos grupos sociais de garantir acesso aos bens materiais e estão situados nas relações mais amplas de poder.

O sociólogo Stuart Hall afirma que na concepção sociológica a identidade “*preenche o espaço entre o “interior” e “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público*” (2004, p. 11). Ou seja, é a identidade que liga a pessoa à estrutura social, em um movimento dialético de ser influenciado e influenciar concomitantemente. O autor completa dizendo que no processo de interação entre a pessoa e a sociedade é que se torna possível a formação da identidade. Sendo

assim a identidade surge como fruto de um processo histórico, e não biológico.

Segundo Schwartz (2007), para existir o trabalho se faz necessário alguém que trabalha. Esse corpo em movimento no trabalho, também é histórico e dialeticamente construído nas interações com o meio. Assim como a noção sociológica de identidade, apresentada por Hall (2004), o corpo-si é o que articula a pessoa à estrutura.

Ao humano é atribuída a condição de trabalhador, forja-se assim uma identidade de trabalhador. Para Woodward (2007) a identidade é construída a partir da diferença.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmer a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. "Nós" e "eles" não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes "nós" e "eles" não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder (Woodward, 2007, p. 40).

No trecho acima a autora destaca a relação de poder exercida pela afirmação da identidade do sujeito. De acordo com a autora, a construção da identidade do ser humano é tanto simbólica como social. Sendo assim, podemos entender que a identidade é um processo de construção que perpassa as vivências do sujeito e considera o saber investido.

Com o objetivo de investigar as relações que se estabelecem no e pelo trabalho humano, a Ergologia volta o seu olhar para o microcosmo das situações de trabalho revelando o protagonismo do trabalhador e a manifestação da sua identidade nessas situações.

Abordando-se o trabalho no micronível, como se sob uma lupa, ou seja, a partir do que passamos a chamar de a atividade de trabalho, esse campo da experiência humana parecia especialmente propício à interrogação sobre a presença enigmática de uma pessoa, de uma singularidade viva no tratamento de situações a viver. Tratava-se de uma visão contrária a uma concepção do trabalho como tempo vendido aos outros, na qual, por isso mesmo, todos se alienavam de si mesmos (Schwartz, 2014, p. 260).

Quando o trabalho passa a ser analisado a partir da atividade, evidencia-se o próprio trabalhador e suas escolhas no momento da execução das tarefas. As questões relacionadas a singularidade da pessoa em situação de trabalho nos levam a questionar sobre a possibilidade da construção da identidade ou da afirmação desta na distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Nesse sentido, o trabalhador ao optar por executar sua atividade desta ou daquela forma muitas vezes consegue construir e afirmar sua identidade como profissional.

Na abordagem ergológica é muito importante observar a distância entre a dimensão prescrita e real do trabalho, para entender essas dimensões como possibilidade do sujeito implementar o seu poder de agir diante das prescrições do trabalho e o que ocorrem nas situações reais de trabalho mobilizando os recursos identitários do próprio sujeito. Ou seja, é no dia a dia que fica evidente a distância entre as dimensões prescrita e real do trabalho, e para Schwartz (2007) é justamente nessa lacuna onde se encontram as aberturas para, diante da impossibilidade da realização da tarefa tal qual foi prescrita, imprimir aspectos da sua identidade enquanto pessoa sócio histórica.

Para aprofundar a compreensão da distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, apresenta-se a contribuição de Santos (1997, p. 15), ao afirmar que nesse espaço, ou seja, nessa distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o saber é colocado em trabalho. Essa perspectiva respalda mais uma vez, que o saber do trabalhador é imprescindível para que a atividade humana de trabalho ocorra. Ainda, sobre as situações colocadas no trabalho, a autora esclarece: *“As soluções criadas neste espaço pelos trabalhadores sempre foram, e continuam sendo, fundamentais para que a produção*

se efetive” (Santos, 1997, p. 15). Desse modo, o trabalhador nessa distância entre o prescrito e o real, faz uso de seus saberes que estão ligados intimamente, as suas vivências, seus sentimentos, seus desejos que formam também a sua identidade e que para a Ergologia constituem seu corpo-si.

A noção de corpo-si é relevante para a Ergologia e é explicada por Schwartz da seguinte forma “(...) *Eu digo: esta entidade que racionaliza, é o “corpo-si”, ou seja, alguma coisa que atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso*” (2010, p. 44). O corpo-si desse modo é o todo que compõe a pessoa e tudo o que ela é em todas as esferas de sua vida.

Na intenção ainda de aprofundar a compreensão sobre “*corpo-si*”, Schwartz explica que: “*é no cerne desse corpo-si que se infiltra a relação variável de cada um com um ‘mundo de valores’ que vai além dele, mais ou menos a depender da pessoa*” (2014, p. 264), compreende-se que o corpo-si abarca a pessoa como um todo. Desse modo, ao realizar uma atividade humana de trabalho a pessoa está presente com seu físico, emocional e também com seus valores e o mundo no qual ela acredita.

Não se pode falar do corpo-si sem falar também das dramáticas de uso de si, outra noção pertinente para a abordagem ergológica, para isso Schwartz esclarece que “(...) *drama não quer dizer necessariamente tragédia. Drama quer dizer que alguma coisa acontece. É isso, sempre acontece alguma coisa no trabalho*” (2010, p.198).

Nesse sentido a pessoa vive de certa forma um drama ao ter que fazer escolhas e é nesse momento específico que ela está imersa em dramáticas. Ao ter que escolher diante de situações não previstas ela o faz com seu corpo na integralidade isto é, ela arbitra com se físico, seu emocional, seus costumes, suas vivências entre outros. Ao ter que lidar com essas escolhas a pessoa muitas vezes sente “na pele” a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, isto é o que está prescrito para realizar e o que realmente ocorre diariamente.

Na atividade de trabalho a disputa de poder se situa justamente na distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. A atividade de trabalho não pode ser reduzida à prescrição, já que se considera que o

trabalho é, de fato, uma tomada de decisão para fazer o sistema funcionar (Naujorks, 2018). Busca-se assim evidenciar o processo real do trabalho e confrontá-lo com os elementos de prescrição presentes e suas exigências. Tais disputas de poder ocorrem continuamente nas situações de trabalho. Os sujeitos precisam, o tempo todo, de reafirmarem as suas identidades e isso ocorre no instante em que decidem como executar uma tarefa em detrimento da sua prescrição.

Na Clínica da Atividade e na Ergologia, o cotidiano configura o momento e o espaço onde o sujeito é confrontado com seu trabalho, onde as estratégias da gerência e suas operações aparecem como um campo a ser problematizado pelo sujeito. A relação com os outros, com o coletivo de trabalho, com o ofício (enquanto papel a ser desempenhado e gênero de atividade a ser atualizado), com as infidelidades do meio e, ao mesmo tempo, com as possibilidades de inovação e agência se dão no cotidiano de trabalho. Assim, são nas distintas configurações cotidianas do trabalho que se abrem as possibilidades de expressão do sujeito, que emergem suas táticas (Naujorks, 2018, p. 8).

Administrar essa diferença entre o prescrito e o real do trabalho é o que possibilita ao trabalhador reafirmar a sua identidade. Para Naujorks (2018) é o reconhecimento e afirmação de si na singularização da atividade de trabalho que possibilita a convocação e mobilização dos referentes propriamente identitários. O autor afirma que os elementos que constituem a identidade do trabalhador são atualizados na atividade de trabalho diante da possibilidade que o sujeito tem de gerir o que se desenrola entre a dimensão prescrita e real do trabalho.

Um dos pressupostos da Ergologia é reafirmar a descoberta da Ergonomia da Atividade de que sempre haverá uma distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Para gerir essa distância o sujeito em situação de trabalho se apropria de certa liberdade realizando escolhas para conseguir executar a tarefa. Esse processo de micro decisões ocorre porque somente a prescrição do trabalho não é suficiente para garantir que o objetivo da tarefa seja alcançado.

Como explica Santos (1997), “o trabalho convoca a inteligência de cada trabalhador e do coletivo de trabalho na descoberta, na aprendizagem, no desenvolvimento e na produção de saberes”. Nesse sentido, ao lidar com os imprevistos, com o não esperado, com as

infidelidades do meio, o trabalhador utiliza o que sabe para que a tarefa seja executada. Essa experiência, de escolha, de decisão auxilia na afirmação de sua identidade enquanto trabalhador.

3. Considerações finais

A reafirmação da identidade do sujeito trabalhador nas situações concretas de trabalho, coloca em evidência a relação entre o sujeito e o meio. Perceber-se e sentir-se parte de um coletivo de trabalho, não exclui a possibilidade do trabalhador expressar a sua identidade. Desse modo, é possível compreender melhor as relações sociais que se estabelecem no trabalho e, conseqüentemente as possibilidades de intervenção e afirmação. Como nos alerta Schwartz (2010), é preciso compreender o trabalho para transformá-lo.

Esse texto procurou demonstrar que a lacuna existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real, possibilita manifestar traços da identidade pessoal do trabalhador. Além disso, de forma breve, foram apresentados os conceitos de *corpo si* e *dramáticas do uso de si* compreendendo-os numa perspectiva essencial para o entendimento da identidade de cada trabalhador assim como dos processos de trabalho.

Não pretendíamos esgotar a discussão que emerge quando relacionamos Trabalho e Identidade. Essa discussão, apenas incipiente aqui nesse texto, aponta para questões ainda mais instigantes como a importância do reconhecimento da identidade do trabalhador nos meios de produção e como ocorre a hierarquização de identidades nas relações sociais estabelecidas nas situações concretas de trabalho.

Portanto, sabendo da complexidade da atividade humana de trabalho e da individualidade de cada trabalhador expressa em seu *corpo-si* que vivencia continuamente *dramáticas* e debates de normas e valores. Esse artigo aponta também para a rica contribuição que a Ergologia pode oferecer no sentido de refletir sobre o trabalho como construtor da identidade, do *corpo-si*. Tendo em visto que o trabalhador, ao trabalhar, vivencia *dramáticas* de usos de si por si e pelos outros ao ser convocado a preencher as lacunas que surgem entre o trabalho prescrito e o trabalho real em função das fragilidades das normas.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2000, coleção primeiros passos.
- DAMASIO, A. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DURRIVE, Louis e SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. *Revista Laboreal [Online]*, Vol.4, n.1, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/laboreal/11665>> Acesso em 01/07/2020.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- GARNER Hélène. MÉDA, Dominique. SÉNIK, Claudia. La place du travail dans les identités. In: *Economie et statistique*, n°393-394, 2006. *Histoires de vie*. pp. 21-40.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. 4 a. edição.
- LEONTIEV, A. N. *Actividad, consciencia y personalidad*. Calle, Pueblo y Educación, 1983.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Torino: Einaudi, 1968.
- NAUJORKS, Carolos Jose. Cotidiano e Identidade na Clínica da Atividade e na Ergologia. *Revista PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, Vol. 2, n. 1, Jan/Jun. 2018, p. 33-47.
- SANTOS, Heloísa Helena. Trabalho Prescrito e Real no Atual Mundo do Trabalho. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, Número 1, fev-jul.1997.p. 14-27.
- SCHWARTZ, Yves. Trabalho e ergologia. In SCHWARTZ, Yves e DURRIVE, Louis (org.). *Trabalho e ergologia: Entrevistas sobre a atividade humana*. Niteroi: EduFF, 2007. Seção I, Cap. 1 e anexo ao cap. 1, 25-46.

SCHWARTZ, Yves. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul.-set. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VERÍSSIMO, Mariana. Elementos na Construção da Noção de Saber investido. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, Vol.24, n.2, mai-ago. 2015, p.295-313.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2007.